

No jogo constituinte não haverá empate

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Por mais que se levante e agite a peneira diante do sol, não vai dar. A luz continuará fluindo da mesma forma. No caso, pode ser até luz-negra, mas não importa. Fala-se das tentativas de conciliação dos inconciliáveis parlamentarismo e presidencialismo. Por três vezes o deputado Ulysses Guimarães prorrogou prazos, por trezentas vezes os variados grupos se encontraram para dialogar. Só que não adianta nada. O sistema de governo afinal aprovado na Comissão de Sistematização e, depois, votado pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte, será uma coisa ou outra. Presidencialista ou parlamentarista. Não há como chegar a um meio-termo, ainda que determinado presidencialismo possa apresentar certas características parlamentaristas ou que certo parlamentarismo consagre determinadas marcas presidencialistas. No meio de tudo, a evidenciar se o sistema é um ou é outro, situa-se a questão maior de quem exerce o poder de governar. Se for o presidente da República, mesmo precisando conviver com um primeiro-ministro, um Conselho de Ministros e votos de confiança, evidentemente o sistema será presidencialista. Se for o primeiro-ministro, ainda que o presidente da República seja eleito pelo voto direto, exerça o comando supremo das Forças Armadas e nomeie os diretores do Banco Central, será parlamentarismo.

Sibilinas e encobertas, as manobras a que se dedicam esta semana parlamentaristas e presidencialistas, na Assembléia Nacional Constituinte, não são o que parecem. Os dois lados têm consciência de que jamais conseguirão fazer sair da cartola um coelho capaz de enquadrar-se ao mesmo tempo nos dois figurinos. Um lado cederá um pouquinho mais do que o outro, precisamente no limite em condições de definir o sistema.

Parece conversa de surdos o diálogo repetido há várias semanas entre os parlamentaristas e presidencialistas. Todos apregoam a disposição de compor e conciliar, só que nos detalhes e nas aparências. Quando se trata do principal, isto é, do exercício do poder, as coisas empacam. É claro que terminará prevalecendo uma ou outra das fórmulas, como evidente também está que, depois da decisão tomada, os vencedores procurarão colocar panos quentes para amortecer o impacto sobre os derrotados.

A questão pode ser decantada de maneira muito simples. Estaremos, ou continuaremos, no presidencialismo se o presidente da República, pelo novo sistema, tiver a seu cargo a condução administrativa do País, em especial a política econômico-financeira, impondo ao ministro da Fazenda ou mesmo a um primeiro-ministro as suas diretrizes. Se o primeiro-ministro ou o ministro da Fazenda puderem agir sem prestar contas ao presidente da República,

respondendo apenas perante o Congresso ou a Câmara dos Deputados, estaremos no parlamentarismo.

A confusão, se não é geral, será pelo menos ampla. Cada corrente teme a outra e as contas feitas em torno dos votos, na Comissão de Sistematização, variam como o dia e a noite. De segunda-feira para cá tem-se a impressão de que os grupos parlamentaristas estão em vantagem, como em desvantagem estiveram na semana passada. O presidente José Sarney sabe que o presidencialismo será derrotado se insistir na preservação de sua fórmula clássica, isto é, se não ampliar as faixas de participação do Congresso nas decisões nacionais. Como os parlamentaristas sabem que, se pretenderem um parlamentarismo ortodoxo, trão malograr na tentativa. Cada um, por isso, joga na mesa as cartas que pode jogar, sem abrir mão do curin-ga. Esse é que decidirá a parada.

Fala-se tudo, de todos. Que o presidente Sarney já admite, em reserva, a adoção do parlamentarismo. Que o líder Carlos Sant'Anna entregou os pontos. Que os parlamentaristas continuam divididos e que, na impossibilidade de se comporem, um de seus lados votará com o presidencialismo. O próprio presidente do PMDB e da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, dá sinais de perplexidade. Ninguém diz coisa com coisa, uma hora depois da outra, evoluindo as cortinas de fumaça. É natural. O importante parece tentar conquistar um mínimo apote que seja, nas hostes adversárias. Assim estamos e assim ficaremos não apenas até a meianoite de sexta-feira, quando o deputado Bernardo Cabral apresentará mais um de seus textos. Porque daquele dia até a votação da matéria, na Comissão de Sistematização, a 2 de outubro, as articulações continuarão sendo chamadas de buscas de consenso e de entendimento, mesmo sem ser nada disso. Depois, caso endossado o parlamentarismo que fatalmente constará do projeto do relator, ou caso rejeitado em destaque, por hipotética maioria presidencialista, a questão continuará. O grupo que for derrotado, presidencialista ou parlamentarista, buscará recompor-se para a batalha final, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Ficará mais difícil, é certo, tendo em vista que nesse derradeiro embate serão necessários 279 votos sobre 559, para alterar qualquer dispositivo do texto do relator. Agora, bastam 47 votos, sobre 93.

Em suma, assiste-se a uma espécie de preliminar, empolgante, acirrada e sob certo aspecto decisiva. Mas não é a partida derradeira, apesar de os times de quando em quando fingirem jogar para trás. Eles estão proibidos de empatar. Se isso acontecer, virá a prorrogação. Por último, a decisão por penal-tis. Nesse campeonato, a taça não pode ser dividida nem se admite a proclamação de dois campeões. Será um ou outro. Parlamentarista ou presidencialista.

C.C.